

A abordagem psicossocial a obituários no Serviço de Verificação de Óbitos - SVO

POR RONALDO TENÓRIO-CRP/AL 0292
PSICÓLOGO - MAT. UNCISAL 24078-8

O termo “obituário” diz respeito, segundo o dicionário Aurélio, a tudo aquilo que se refere ao registro do óbito; que para nós compreende o período que vai desde os fatos que levaram ao óbito até a elucidação da causa mortis.

Os obituários oriundos de causas naturais, ou óbitos clínicos sem assistência médica ou diagnóstico claro, são casos do SVO. A realização da necropsia se faz necessária para determinar o diagnóstico final e, quando possível, a causa da morte. Os benefícios da necropsia são imensos. Para a família do falecido, na identificação ou definição de doenças hereditárias ou contagiosas. Para a saúde pública por meio da detecção de doenças contagiosas, identificação de riscos do ambiente e fornecimento de estatísticas vitais precisas. Para a educação profissional, para a pesquisa, além de benefícios para a lei e jurisprudência.

Na abordagem de um obituário, o profissional da equipe de apoio sócio-familiar deve buscar informações precisas acerca dos eventos que provocaram o óbito, assim como o que foi feito no resgate ou emergência. Deve também esperar reações como desespero, descrédito, negação, fraqueza, culpa, raiva, etc. Quando as necessidades iniciais da família forem amenizadas, assuntos relacionados a necropsia devem ser discutidos.

Legalmente, o corpo de obituários de morte natural pertence à família, cabendo a ela autorizar a realização da necropsia. Quais os familiares que estão habilitados a autorizar? O bom senso indica a seguinte ordem de prioridade:

1. Mandado legal ou oficial de justiça agindo com autoridade legal;
2. Cônjuge (não separado legalmente ou divorciado, a não ser que tenha a custódia legal do filho mais velho menor de 18 anos)
3. Pai ou mãe;
4. Filho maior que 18 anos;
5. Irmão adulto;
6. Avós;
7. Neto ou neta (maiores);

8. Tios adultos;
9. Outros parentes maiores;
10. Amigo com responsabilidade sobre o enterro;
11. Instituição que mantinha custódia legal do falecido

Quando a família se nega completamente a autorizar a necropsia, deve-se comunicar a necessidade da realização de alguns procedimentos antes da liberação do cadáver, que são:

- a. Investigação do local, ambiente, circunstâncias terminais e passado social e de saúde do falecido;
- b. Exclusão cuidadosa da suspeição de ato criminoso;
- c. Exame externo;
- d. Radiografias (P. ex : para descobrir fraturas no esqueleto);
- e. Análise toxicológica ou laboratorial de sangue, urina, amostras gástricas ou liquor, obtido por agulha percutânea;
- f. Exame endoscópico;
- g. Exames mínimos.

Em consonância com os objetivos do SVO, as ações da equipe de apoio sócio-familiar estão focadas na autorização dos familiares, trabalhando as resistências e esclarecendo sobre a importância da realização do exame necroscópico. Não se trata de trabalhar o luto, mas atuar na amenização das fantasias e mitos acerca da necropsia.

Necessário se faz, contudo, a construção de um modelo operacional de abordagem com recursos como enquadramento, tipo de vínculo, atitudes e intervenções coerentes com os objetivos do Serviço de Verificação de Óbitos, para que possam produzir os resultados esperados.

Segundo Fiorini(1987), qualquer técnica de abordagem psicoterapêutica (intervenção com objetivo de modificar comportamentos) deve ter uma coerência interna:

(...) “tal coerência decorre, em primeiro lugar, da concordância verificada entre os objetivos que ela se propõe alcançar e a estratégia de modificação adotada para atingi-los” (pág. 50)

Sem uma abordagem técnica estruturada, correm-se o risco de colher informações deturpadas, tendo em vista o momento de crise vivido pela família devido a perda de um ente querido. Crise enquanto momento de descontinuidade, desequilíbrio da dinâmica normal do grupo familiar. A crise será mais profunda de acordo com o grau de importância que o falecido ocupava entre seus pares.

Em um momento de crise a maioria dos familiares fica vulnerável e influenciável, e tende a apresentar reações as mais diversas. São defesas egóicas para enfrentar a situação de perda, e em muitos casos dão

respostas paradoxais (falam algo porém a atitude é contrária, nega). Os referenciais familiares perdem força. Se não houver mudança / aprendizagem, a crise permanece e pode entrar na patologia.

Quando o grupo familiar está bem, consegue resolver / acomodar os problemas, o grupo se fecha e a opinião de alguém de fora não influencia como na crise.

Tomando por base a Psicoterapia de Apoio, citada por Fiorini (1987), poderemos construir um processo de sistematização de nossa atuação no SVO, elaborando procedimentos coerentes com o objetivo do serviço, que é a elucidação da causa mortis dos obituários:

(...) “A terapia de apoio tem por objetivos a atenuação ou supressão da ansiedade e de outros sintomas clínicos como meio de favorecer um retorno à situação de homeostase anterior à descompensação ou crise”.

Modelo de abordagem sócio-familiar da equipe do Serviço de Verificação de Óbitos – SVO.

1. Objetivo:	Atenuação ou supressão da ansiedade e de outros sintomas como meio de favorecer uma maior conscientização acerca da importância da realização da necropsia.
2. Estratégia básica:	Estabelecimento de empatia (ver o outro com os olhos dele), vínculo protetor, orientador.
3. Enquadramento:	Tempo de duração da intervenção é dado pela autorização da necropsia, que é condição “sine-qua-non” para o corpo dar entrada no SVO.
4. Temporal:	Não – intensivo.
5. Espacial:	Frente a frente.
6. Vínculo que tende a instalar:	Transferencial divalente e papel real diretivo.
7. Universo do discurso:	Simple.
8. Sentido atribuído às separações	Negadas como tais
9. Controle da relação:	Complementar aceita.
10. Definição da relação:	Definida
11. Atitudes básicas:	Ativo-participante. Discretamente próximo.
12. Intervenções essenciais:	Intervenções sugestivo-diretivas. Foco na autorização da necropsia.

Essa proposta de sistematização da postura básica da equipe tem como principal função evitar descompensação dos envolvidos em um obituário e ao mesmo tempo fornecer algum conforto no processo de acolhimento aos familiares.

Quanto à operacionalização das ações, poderemos tomar como referência o modelo citado por Bromberg (2000), que formata o acolhimento em três momentos:

a) Exploratório:	A pessoa é auxiliada para que possa avaliar sua situação e necessidades. São instrumentos: escuta ativa, esclarecimento de preocupações, aceitação de sentimentos.
b) Compreensão:	A pessoa é levada a atingir uma nova compreensão da situação e a clarificar o que pode fazer para uma resolução efetiva. São instrumentos: responder e conduzir, promover compreensão, fornecer informação, dar conselhos.
c) Ação e avaliação:	A pessoa é ajudada a implementar decisões e planos, considerando as conseqüências possíveis. São instrumentos: planejamento de ação, antecipação de situações.

Essas são, enfim, contribuições para sistematizar as ações da equipe de apoio sócio-familiar do SVO, na tentativa de construir metodologias que permitam uma melhor visualização do trabalho, evitando soluções empíricas na busca da qualificação dos serviços oferecidos.

Necessário se faz, contudo, que todos os membros da equipe atuem de maneira sincronizada, com base em uma metodologia clara, pois intercorrências na manipulação de intervenções e atitudes podem levar a confusão, causadoras de fracassos que de nenhum modo poderiam ser atribuídas à resistência por parte dos usuários do SVO.

Para tanto, deveremos periodicamente avaliar a coerência interna de nossa atuação com base em nossos objetivos propostos.

Referências bibliográficas:

1. FINKBEINER, W. E. Autópsia em patologia – Atlas e texto. São Paulo: Roca, 2005
2. FIORINI, H. J. Teoria e técnica de psicoterapias. Rio de Janeiro: F. Alves, 1987.
3. BROMBERG, Maria Helena P. F. A psicoterapia em situações de perdas e luto. Campinas: Ed. Livro Pleno, 2000